

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/4668	6932/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCP [GESTAO INTERNA]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

2. Enquadramento normativo relevante

2.1. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

O artigo 33.º, n.º 1, alínea f), atribui à Câmara Municipal (Órgão Executivo) a competência para:

“Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, nos termos da lei.”

2.2. Código dos Contratos Públicos (CCP)

O regime de revisão de preços encontra-se previsto nos artigos 382 do CCP, sendo que:

A revisão de preços constitui um mecanismo legal de atualização do preço contratual, e não uma modificação objetiva do contrato;

A sua aplicação é obrigatória, sempre que estejam verificados os pressupostos legais e contratuais.

O CCP não define diretamente o órgão competente para aprovar a revisão de preços, remetendo para o regime geral de competências do órgão que conduz a gestão financeira e contratual.

3. Análise jurídica

3.1. Natureza da revisão de preços

A revisão de preços:

decorre de um direito legal do cocontratante e uma obrigação da entidade adjudicante;

traduz-se numa atualização do valor contratual, resultante da variação dos custos de produção;

implica um acréscimo de despesa, ainda que previsível e enquadrado no contrato.



Sendo um ato de execução contratual com impacto financeiro, a competência para a sua aprovação deve ser analisada à luz do regime da autorização de despesa.

3.2. Competência por identidade de razão

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, compete ao Órgão Executivo:

autorizar a despesa inicial, e

autorizar quaisquer atos subsequentes que modifiquem ou aumentem essa despesa.

Assim, aplica-se aqui o princípio da competência por identidade de razão:

quem é competente para autorizar a despesa inicial é igualmente competente para aprovar a revisão de preços que dela deriva.

A revisão de preços constitui:

um aumento do valor financeiro do contrato;

um reforço do compromisso orçamental inicial (quando aplicável);

um ato de gestão contratual com impacto na despesa pública.

Assim, a competência não pode ser autonomizada do ato original de autorização da despesa.

Logo, é o Órgão Executivo que deve aprovar a revisão de preços, por ser o órgão que autorizou a despesa inicial e que tem competência própria em matéria de gestão financeira e contratual.

4. Conclusão

A competência para aprovação da revisão de preços pertence ao Órgão Executivo (Câmara Municipal), nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tal resulta do facto de a revisão de preços implicar a atualização e eventual incremento da despesa autorizada inicialmente, subsumindo-se, por isso, à competência de autorizar despesa e o respetivo pagamento, atribuída à Câmara Municipal.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aprovação de revisão de preços é o órgão competente que autorizou a despesa, neste caso o Órgão Executivo.

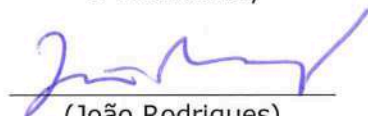
A Chefe de DCP,

9/2/2026

Despacho

Face ao disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando que a revisão de preços constitui um ato de atualização da despesa contratual, cuja autorização cabe ao órgão que autorizou a despesa inicial, deve a mesma ser submetida a devida autorização e aprovação ao órgão executivo na próxima reunião câmara.

O Presidente,


(João Rodrigues)

9/2/26

1. Informação

Data

09/02/2026

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço mensal inicial (s/ IVA)	Prazo execução
	Preço mensal final (s/ IVA)	
CPI/04/24/DCP	39.589,40€ 44.976,99€	24 meses
Objeto	Aquisição de serviços de limpeza para as Unidades de Saúde que constituem o Agrupamento de Centros de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga	
CPV	90910000-9 - Serviços de Limpeza	

3. Propostas de aprovação

- 3.1.** Atualização do preço do contrato CPI/04/24/DCP de aquisição de material limpeza e higiene em fornecimento contínuo.
- 3.2.** Aprovação da respetiva minuta de aditamento ao contrato.

4. Enquadramento

Foi adjudicado por deliberação da Câmara Municipal, de 27 de maio de 2024, ao abrigo de Concurso público internacional o contrato acima identificado.

Em resultado da adjudicação do procedimento supramencionado, foi celebrado o contrato escrito no dia 19/06/2024, entre o Município de Braga e a empresa EUROMEX – Facility Services, Lda.

A 13/03/2025, o adjudicatário solicitou por escrito e em carta registada a atualização Extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços de limpeza com duração plurianual por aumento do Salário Mínimo Nacional para 870€ mensais, bem como os seus efeitos sobre as remunerações mínimas mensais dos trabalhadores por via do CCT 2020 (B.T.E. n.º 2/2020, cláusula 55a/29a). (Diário República de 22/12/2022, Decreto-Lei nº 85-A/2022) - Portaria n.º 46/2025/1 de 20/02.

A 26/01/2026, o adjudicatário solicitou por escrito e em carta registada a atualização Extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços de limpeza com duração plurianual por aumento do Salário Mínimo Nacional para 920€ mensais, bem como os seus efeitos sobre as remunerações mínimas mensais dos trabalhadores por via do CCT 2020 (B.T.E. n.º 2/2020, cláusula 55a/29a). (Diário República de 22/12/2022, Decreto-Lei nº 85-A/2022) - Portaria n.º 46/2025/1 de 20/02.

5. Análise

Sem prejuízo do disposto nos artigos 282.º, 300.º e 341.º, só há lugar à revisão de preços se o contrato o determinar e fixar os respetivos termos, nomeadamente o método de cálculo e a periodicidade.

A revisão de preços está prevista na cláusula 6.ª do caderno de encargos, peça que faz parte integrante do contrato, onde é referido que:

“6. Revisão de preços

1. O preço contratual correspondente ao custo mensal de mão-de-obra afeta ao contrato, comprovadamente indexada à retribuição mensal mínima garantida resultante de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao adjudicatário, poderá ser, no decurso da execução contratual, objeto de revisão em função do aumento

percentual do valor da remuneração dos profissionais das categorias que integram o quadro de pessoal afeto ao contrato, e que venha a ser aprovado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), com efeitos na data de entrada em vigor do referido instrumento.

2. A revisão mencionada no número anterior opera mediante aplicação da referida valorização percentual ao valor do custo mensal de mão-de-obra indicado na proposta do adjudicatário e/ou suas eventuais revisões e sempre após aprovação expressa da Entidade Adjudicante, mediante solicitação escrita a realizar pelo adjudicatário à entidade adjudicante, por correio registado com aviso de receção, até 30 dias após a publicação do referido Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho, no Boletim do Trabalho e do Emprego, devidamente instruída com a Nota justificativa da revisão de preço proposta.

3. Para efeitos de aplicação do disposto nos números anteriores, e sob pena de não poder prevalecer-se de tal circunstância, o adjudicatário identificará sempre previamente o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que lhe é aplicável.”

Posto isto, e de acordo com o pedido efetuado pelo cocontratante, o valor mensal da prestação de serviços de limpeza teve um acréscimo de 7,898%, de 2024 para 2025, e terá um acréscimo de 5,293% de 2025 para 2026, passando do valor de 42.716,03€ para 44.976,99€.

Face ao exposto, a revisão extraordinária dos preços implica um acréscimo de despesa, mantendo-se as informações iniciais de cabimento e de compromisso n.º 87704/112720 de 15/03/2024 e de 16/05/2024, respetivamente, e pela modificação o cabimento e o compromisso n.º 100006 e 133240, ambos de 05/02/2026.

Assim sendo, propõe-se que seja efetuado uma modificação contratual no valor do contrato em 5,293%, passando o contrato para o valor mensal de **44.976,99€**.

Face ao inicialmente previsto irá existir no ano de 2026 um acréscimo de despesa no montante de 32.325,56€, que corresponde à diferença entre a mensalidade inicialmente prevista de 39.589,40€ e a atual de 44.976,99€, vezes o período de 6 meses do contrato em vigor

<u>Período</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Valor do contrato</u>
01/07/2024 a 31/12/2024	39.589,40€	237.536,40€
Revisão de preços com retroativos a janeiro 2025		
Ano 2025	42.716,03€	512.592,36€
Revisão de preços com retroativos a janeiro 2026		
Ano 2026 – 6 meses	44.976,99€	269.861,94€

6. Conclusões

Face ao exposto no ponto anterior e estando de acordo com o supramencionado, somos de parecer que a pretensão apresentada pelo contratante pode ter enquadramento nos pressupostos legais referidos.

A modificação deverá dar lugar a adicional ao contrato celebrado, onde sejam concretamente estabelecidas as cláusulas modificadas e apurado o montante da despesa pública decorrente das mesmas, despesa essa que deve ter enquadramento orçamental, cabimento e compromisso prévio. Neste sentido confirma-se que a despesa já devidamente refletida na informação de cabimento 100006 e de compromisso n.º 133240 de 05 de fevereiro, que se anexa.

Neste sentido apurou-se os custos adicionais, relativamente ao ano início de contrato, 2024 e que ascende a 32.325,56€,

Nos termos legais, a modificação proposta deverá ainda ser publicitada de acordo com as normas contidas no artigo 315.º do CCP, sendo essa publicidade um requisito de eficácia do contrato, mormente para efeitos de validade dos pagamentos a efetuar.

O órgão competente para decidir sobre a modificação objetiva ao contrato é o órgão competente para a decisão de contratar e que aprovou a minuta do contrato, ou seja, a Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria.

7. Órgão competente

Câmara Municipal de Braga

No uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº 86/2011, de 11.04.2011, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

8. Anexos: Minuta de Adenda ao Contrato

9. Assinatura